



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo Nº  
**67157-44.2016.8.06.0112/0**

Data - Hora  
**16/11/2016 - 8:30**

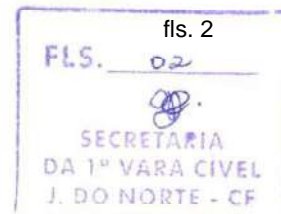


Dados Gerais do Processo			
Número Único	<b>67157-44.2016.8.06.0112/0</b>		
Tipo de Ação	<b>PROCEDIMENTO SUMÁRIO - CÍVEL</b>		
Hierarquia Ação	\PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO\Processo de Conhecimento\Procedimento de Conhecimento\Procedimento Sumário		
Classe	AÇÕES CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR		
Autuação	Não possui autuação	Volumes	1
Just.Gratis	NÃO	Segredo de Justiça	NÃO
Órgão Julgador	1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE		
Assunto(s)			
<b>SEGURO</b>			
Hierarquia: \DIREITO DO CONSUMIDOR\Contratos de Consumo\Seguro			
Partes			
<b>Requerido : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT</b>			
<b>Requerente : ISAIAS DE MORAIS NECO</b>			
Rep. Jurídico : 20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA			

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS OLEGARIO CAVALCANTE PINHEIRO, liberado nos autos em 25/06/2018 às 20:37. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0067157-44.2016.8.06.0112 e código 38AD6BD.



**ACTUS**  
Advogados Associados



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ☐ VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE/CE.**

VALOR DA CAUSA: R\$ 12.656,25

COMARCA JUAZ DO NORTE  
67157-44.2016.8.06.0112



SETOR DE DISTRIBUIÇÃO

COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE-CE  
Recebido em: 30/06/2016 às: 14:00 hs.

José Lúcio Oliveira  
Analista Judiciário - Mat. 201127

**ISAIAS DE MORAIS NECO**, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº: 2006029264561 SSP/CE e do CPF nº: 072.642.473-09, residente e domiciliado na Av. Paraná, nº 404, Romeirão, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio do seu advogado infra-assinado (instrumento de procuração - doc. anexo), com fulcro no art. 318 e seguintes do Código de Processo Civil, promover a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA DPVAT** com fulcro na Lei 8.441/92, que dá nova redação à Lei Federal nº 6.194/74, e nos demais dispositivos legais aplicáveis à espécie, em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, inscrita no CNPJ n. 09.248.608/0001-04, situada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar – Centro – Rio de Janeiro – RJ, CEP – 20031 – 205, pelo que declara e passa a expor:

## **1 – PRELIMINARMENTE**

### **1.1 – NOTIFICAÇÕES E INTIMAÇÕES:**

Preliminarmente, requer a Vossa Excelência que todas as intimações e notificações atinentes ao presente feito sejam dirigidas ao **Dr. Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB/CE 20.787)**, sob pena de nulidade processual (art. 272, §2º do CPC).

### **1.2 - DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA:**

Inicialmente, requer os benefícios da justiça gratuita, em razão de não possuir recursos suficientes para arcar com as custas e despesas processuais, haja vista expressa previsão no Código de Processo Civil, se não vejamos:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei.

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antonio, Barbalha/CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-1853





**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 03  
SECRETARIA  
DA 1ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

§ 1º A gratuidade da justiça compreende:

I - as taxas ou as custas judiciais;

Impende salientar, ainda, que não há nenhuma incoerência em requerer o benefício proveniente da justiça gratuita e constituir Advogado, uma vez que não há presunção da condição financeira da Parte Autora pelo mero pagamento de honorários advocatícios indispensáveis para o exercício, *in casu*, do acesso à justiça. Nesse sentido já havia jurisprudência consolidada e, mais recentemente, Lei Federal autorizadora, para sanar eventuais dúvidas. Citamos:

Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso.

[...]

§ 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça.

É importante frisar que o mesmo artigo citado anteriormente traz expressa previsão quanto a declaração de insuficiência de recurso que presta a pessoa natural, se não vejamos:

§ 3º Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural.

Destarte, pelas razões fáticas e jurídicas trazidas preliminarmente, requer a concessão da gratuidade da justiça por uma questão de democratização do efetivo acesso à justiça e obediência à disposições legais expressas no ordenamento jurídico vigente.

### **1.3 - DA AUTENTICIDADE DOCUMENTAL:**

O traço característico do advogado é o de servir à justiça, como técnico do Direito. E, por servir ao Estado, possuindo função específica de fazer a justiça, no exercício de sua profissão o advogado exerce um *mínus público*.

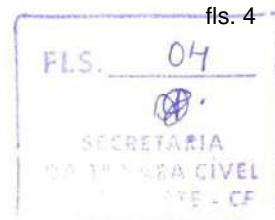
Destarte, sendo o advogado, nos termos do artigo 133, da Magna Carta de 1988, indispensável à administração da justiça, resta consolidada, ao que dispõe a Lei nº. 8.906 de 1994, Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 2º, a prerrogativa de que no exercício de suas funções contempla o apanágio de serviço público e função social.

No antigo Código de Processo Civil já havia expressa menção à autenticidade documental por declaração, sob responsabilidade pessoal, do Advogado, conforme se extraía dos arts. 544 e 365, IV.

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antonio, Barbalha/CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-1853



**ACTUS**  
Advogados Associados



fls. 4

O novel diploma processual consagrou o mesmo entendimento, haja vista a consolidação dos poderes outorgados aos Advogados, seja para facilitar o livre exercício da profissão, seja pelo 'status' proporcionado em razão da função que desempenha.

A Lei 13.105/2015, como dito anteriormente, consagra a viabilidade da autenticidade documental em algumas passagens, aproveitando o momento oportuno, cito:

Art. 425. Fazem a mesma prova que os originais:

[...]

IV - as cópias reprográficas de peças do próprio processo judicial declaradas autênticas pelo advogado, sob sua responsabilidade pessoal, se não lhes for impugnada a autenticidade;

Em razão disso, e sob responsabilidade pessoal, REQUER o reconhecimento de todos os documentos anexos à presente Exordial como autênticos, possuindo o mesmo valor dos originais.

## **2 – DA SITUAÇÃO FÁTICA E JURÍDICA:**

A Requerente foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia 26 de Outubro de 2015(conforme B.O), tendo lesões gravíssimas como resultado do incidente mencionado. Vejamos:

### **1. Trauma em joelho esquerdo**

A lesão proveniente do acidente resultou em sequelas definitivas que impedem o desempenho normal de suas atividades quotidianas, amargando, a Autora dissabor pelo resto de sua vida.

Nesse sentido, o laudo médico aponta que o acidente gerou edema e trauma em joelho esquerdo, bem como escoriações pelo corpo.

Ademais, para além das fraturas e traumas, a Vítima/Autor foi levado ao Hospital Regional do Cariri, localizado na Cidade de Juazeiro do Norte/CE, tendo passado por tratamento ambulatorial (tala de gesso) e medicamentoso.

Conforme atestado médico, a lesão apresentada têm caráter de invalidez permanente, ou seja, não há possibilidade de recuperação significativa ou de cura.

Em virtude disto recebeu, de forma administrativa, o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), conforme se pode comprovar dos documentos acostados à Inicial.

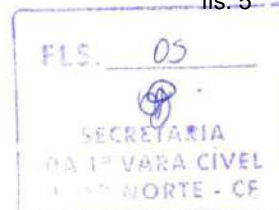
Em razão da diferença entre o que é devido, conforme art. 3º da Lei 6194/74, e o que foi pago de modo administrativo, nota-se, de forma clara como a luz do sol, a necessidade de pagamento da diferença securitária, não só como uma medida de justiça, mas de proporcionalidade entre o que DEVE ser recebido e o do dano sofrido pelo Autor.

Sendo o Requerente a vítima de acidente de veículo automotor, atraindo, conseqüentemente, a aplicação da Lei nº 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais





**ACTUS**  
Advogados Associados



causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não); conforme o artigo 3º, II e §1º, II que dispõem:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

[...]

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:

[...]

II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.

Portanto, o Requerente possui direito de receber a diferença entre o valor pago administrativamente (R\$ 843,75) e o valor que deveria ter sido efetuado em razão do evento danoso (até R\$ 13.500,00), totalizando uma diferença à título indenizatório/reparatório de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).

Vale a pena ressaltar que a existência do acidente, independentemente da culpa (art. 5º da Lei 6194/74), e **comprovação do nexo de causalidade entre o fato e o dano sofrido pelo Autor são circunstâncias suficiente para a**



**ACTUS**  
Advogados Associados

FLS. 6  
SECRETARIA  
DA 1ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CF

viabilidade do direito à indenização securitária pleiteada, se manifestando assim a jurisprudência pátria. Cito:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES  
APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550  
QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO  
REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE  
CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92.  
INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n.  
8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da Republica  
nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art.  
1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha  
realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio  
de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização  
por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio.  
Inconstitucionalidade rejeitada. **A indenização por morte em  
acidente de transito e devida, mediante simples prova do  
acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a  
seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito  
em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.**(grifo nosso)

Cumprе esclarecer, por derradeiro, que **NÃO É** necessário ao Autor/Vítima manter contrato com seguradora privada, arcando com os custos previsto na tabela disposta no art. 3º da Lei 6194/74 a Seguradora Ré.

Assim sendo, buscando o pagamento integral do quanto devido pela Requerida, ingressa com a presente ação pleiteando a diferença securitária com base na Lei nº. 6.194/74.

### **3 – A PERÍCIA TÉCNICA COMO UMA NECESSIDADE À SOLUÇÃO DA PRESENTE LIDE:**

É importante ter em mente que com a entrada, no dia 18 de Março de 2016, do Código de Processo Civil, houve a exclusão completa do rito sumário (arts. 274 e ss do CPC/73), não havendo mais o procedimento usual das demandas de Indenização/Cobrança de Seguro DPVAT.

Inobstante a extinção do procedimento sumário, se faz indispensável a solução das demandas referentes ao Seguro DPVAT a perícia judicial, haja vista a necessidade do laudo do *expert* para que seja possível delimitar a extensão do dano sofrido e a justa indenização para tanto.

Portanto, requer, e reafirmará tal intuito abaixo, a não realização da audiência de conciliação e a designação da perícia tão logo seja apresentada a Contestação, tudo conforme expressão disposição dos arts. 464, *caput* e 465, *caput*, ambos do CPC.

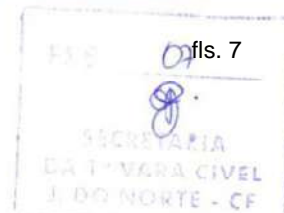
### **4 – DO PRAZO PRESCRICIONAL:**

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antonio, Barbalha/CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-1853





**ACTUS**  
Advogados Associados



Quando há a violação de um direito, nasce para o Autor/Vítima uma pretensão, como elucida o Código Civil:

Art. 189. Violado o direito, nasce para o titular a pretensão, a qual se extingue, pela prescrição, nos prazos a que aludem os arts. 205 e 206.

Contudo, a pretensão pode ser extinta pela sua inércia (inatividade durante determinado decurso de tempo), configurando o nascedouro da prescrição. Feita estas breves considerações, nota-se que: o pedido de indenização de seguro DPVAT é a pretensão do Autor, existindo, paralelamente, uma prazo prescricional que deve ser respeitado, sob pena de não poder mais ser ajuizada a Ação judicial cabível.

Sendo assim, o Superior Tribunal de Justiça, no Enunciado Sumular nº 405 dispõe que **“A ação de cobrança do seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em três anos”**, tendo diversos precedentes nesse sentido (AgRg no Ag 1.088.420-SP, AgRg no Ag 1.133.073-RJ, REsp 905.210-SP, dentre outros).

Desse modo, é necessário que não tenha transcorrido lapso temporal maior do que três anos entre o termo inicial do prazo (ciência da incapacidade laboral) e o termo final. Cumpre esclarecer que o próprio Egrégio Superior Tribunal de Justiça dispõe, no Enunciado Sumular nº 278, qual é o termo *a quo*.

Portanto, está claramente demonstrado, *in casu*, que não houve prescrição quanto ao direito do Requerente, haja vista que entre o termo inicial e o termo final não transcorreu lapso temporal superior a 03 anos.

## **5 - DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA:**

A audiência de conciliação prévia, como busca da autocomposição dos litígios que envolvam direitos disponíveis, é um traço marcante no atual Código de Processo Civil.

Como preconiza a Lei Adjetiva, especificamente na parte que dispõe sobre as normas fundamentais, a conciliação e a mediação deverão ser estimulados por todos aqueles que atuem de forma proativa no Poder Judiciário (e até extrajudicialmente), se não vejamos:

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito.

[...]

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.



**ACTUS**  
Advogados Associados



Assim sendo, é notório que os direitos aqui expostos são totalmente disponíveis para ambas as Partes, uma vez que trata-se de cobrança pecuniária de diferença quanto ao recebimento do seguro DPVAT.

Entretanto, a Parte Autora ajuíza a presente ação pois não concorda com os termos discutidos de forma extrajudicial (proposta de acordo pela Seguradora), **se mostrando completamente dispendioso para a rápida solução do litígio, uma vez que a autocomposição se mostra inviável no caso concreto.**

## **6 – DOS PEDIDOS:**

Destarte, ante o exposto, REQUER:

- a) A concessão da gratuidade da justiça em razão da declaração que segue em anexo e conforme expressa disposição legal (arts. 98, *caput* e §1º, I e 105, *caput*, ambos do CPC);
- b) A não realização da audiência conciliatória, com a consequente cientificação do prazo de 15 dias para apresentar Contestação, à contar da juntada do aviso de recebimento aos presentes autos (art. 231, I c/c art. 334, §4º, I, ambos do CPC), sob pena de revelia e consequente presunção de veracidade dos fatos articulados na presente peça, haja vista a robusta prova documental acostada.
- c) A designação, tão logo seja apresentada a contestação, da perícia judicial (arts. 464 e 465 do CPC);
- d) A PROCEDÊNCIA da presente ação, com a condenação da requerida ao pagamento da diferença da indenização do seguro obrigatório DPVAT no valor de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos), com juros de 1% a.m. contados desde a data do acidente, conforme Súmula 54 do STJ e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no artigo 3º, II da Lei 6.194/74;
- e) A condenação da Requerida nas custas processuais (art. 84 do CPC), bem como nos honorários advocatícios no valor de 20% da condenação, do proveito econômico pretendido ou, em não sendo possível mensurá-lo, do valor atualizado da causa (art. 85, *caput* e §2º do CPC);

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, sem exceção de nenhuma, especialmente pelos documentos que instruem esta Inicial.

**Dá-se a esta causa o valor de R\$ 12.656,25 (doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Nestes termos

Pede Deferimento

Barbalha-CE, 09 de novembro de 2016.

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antonio, Barbalha/CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-1853





# ACTUS

Advogados Associados



\_\_\_\_\_  
**Arthur Gomes Pontes**  
**OAB/CE 34322**

\_\_\_\_\_  
**Antônio Allan Leite Saraiva**  
**OAB/CE 23502**

\_\_\_\_\_  
**Thomaz Antonio Nogueira Barbosa**  
**OAB/CE 20787**

\_\_\_\_\_  
Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antonio, Barbalha/CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-1853



**ACTUS**  
Advogados Associados



**“PROCURAÇÃO “AD JUDICIA”**

ISAÍAS DE MORAIS NECO, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG Nº: 2006029  
264561 SSP/CE e do CPF 072.642.473-69, residente e domiciliado na Av.  
PARANÁ, 404, RONGIRÃO, JUAZEIRO DO NORTE/CE.

pelo presente nomeia e constitui bastante procurador, THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 20.787, e-mail: thomazbarbalha@yahoo.com.br, ANTÔNIO ALLAN LEITE SARAIVA, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/CE sob o n.º 23.502, e-mail: allan.saraiva@hotmail.com, todos com escritório situado à Rua Zuca Sampaio, 649 em Barbalha/CE, onde recebe intimações e avisos, a quem confere os poderes para o foro em geral, com a cláusula “ad judicium”, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em conjunto ou separadamente, podendo, ainda substabelecer esta em outrem, com ou sem reserva de poderes, dando tudo por bom, firme e valioso.

Barbalha-CE, 20 de outubro de 2016.

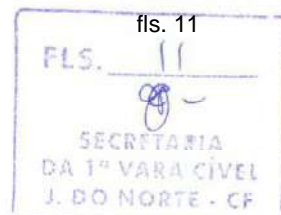
x ISAÍAS DE MORAIS NECO

Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-2203





**ACTUS**  
Advogados Associados



## DECLARAÇÃO DE INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**DECLARA** nos termos da Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983 e, para os devidos fins, de que são pobres na acepção jurídica do termo, não dispondo de condições econômicas para custear as despesas judiciais, sem sacrifício de seu sustento e de sua família.

Por ser a expressão da verdade, assumindo inteira responsabilidade pelas declarações acima sob as penas da lei, assino a presente declaração para que produza seus efeitos legais.

BARBALHA-CE, 20 de outubro de 2016

x ISAÍAS DE MORAIS NETO

\_\_\_\_\_  
Rua Zuca Sampaio, 649, Santo Antônio, Barbalha - CE, CEP 63180-000  
Tel.: (88) 3532-2203

<http://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>

**SINISTRO 3150898805 - Resultado de consulta por beneficiário**

VÍTIMA ISAIAS DE MORAIS NECO

COBERTURA Invalidez

SEGURADORA RESPONSÁVEL PELO SINISTRO MBM SEGURADORA S/A #772

BENEFICIÁRIO ISAIAS DE MORAIS NECO

CPF/CNPJ: 07264247309

Posição em 20-10-2016 10:33:49

Pagamento creditado ao beneficiário de acordo com os dados informados na autorização de pagamento.

Data do Pagamento	Valor da Indenizacao	Juros e Correção	Valor Total
19/01/2016	R\$ 843,75	R\$ 0,00	R\$ 843,75





GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 488 15717/2015

*Dados da Ocorrência*

Natureza do Fato: ACIDENTE DE TRÂNSITO  
Data / Hora da Comunicação: 06/10/2015 17:47:09  
Data / Hora da Ocorrência : 26/09/2015 20:40:00  
Endereço da Ocorrência: R. DO PAU

SÃO JOSÉ JUAZEIRO DO NORTE/CE

Ponto de Referência: PASSARELA



*Dados da(s) Vítima(s)*

Nome: ISALAS DE MORAIS NECO  
Nascimento : 27/11/1998  
CPF: 2006029264561 Órgão Emissor: SSP UF: CE CPF-03264247209  
Filiação: JOSE NECO DE OLIVEIRA  
MARIA APARECIDA SOUSA DE OLIVEIRA  
Endereço: AV PARANA 404  
ROMEIRÃO  
JUAZEIRO DO NORTE CE BRASIL  
Telefone: 889988958374

*Dados da(s) Veículo(s)*

TIPO: CICLOMOTOR MARCA: I/SHINERAY XY50Q PHOENIX  
PLACA: XXX00000 MUNICÍPIO / UF: JUAZEIRO DO NORTE / CE  
MODELO/FABRICAÇÃO: 2012/2011 COR: VERMELHA  
RENAVAM: 30717 CHASSI: LXVXCBL00C0523972  
SITUAÇÃO: NÃO INFORMADO PROPRIETÁRIO: JOSEFA CARLOS DE OLIVEIRA  
ENVOLVIMENTO: COLISAO

*Histórico*

Atenta A NOTICIANTE, advertida das penas previstas no falso testemunho, denunciação caluniosa e comunicação falsa de crime ou contravenção que NA HORA, LIA E LERAM ACIMA INFORMADOS SEU FILHO ESTAVA CONDUZINDO VEÍCULO CICLOMOTOR ACIMA DESCRITO, QUANDO AO ENTRAR NUMA RUA, UMA MOTOCICLETA 150CC, PRETA, CONDUZIDA POR UM HOMEM COLIDIU DE FRENTE COM SEU VEÍCULO, QUE O CAUSADOR DO ACIDENTE FUGIU SEM PRESTAR SOCORRO QUE A PRÓPRIA VÍTIMA PARA O ATENDIMENTO NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, LIA, JUAZEIRO DO NORTE/CE, QUE DO ACIDENTE A VÍTIMA SOFREU FRATURA DA RÔTULA. CONFORME PRONTUÁRIO Nº 011509280028: QUE APRESENTOU CÓPIAS DOS SEGUINTES DOCUMENTOS, OS QUAIS SÃO ANEXADOS AO BO: CNH DO NOTICIANTE, DOCUMENTOS PESSOAIS DA VÍTIMA, PRONTUÁRIOS DE ATENDIMENTO, COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA E DOCUMENTO DO VEÍCULO. E nada mais disse, não lhe foi perguntado, dando por encerrada a presente ocorrência, que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

Jose Neco de Oliveira  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

1  
2

Impressão em 06/10/2015 06:02



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ  
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
POLÍCIA CIVIL  
DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

fls. 14

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº 498 15/12/2018

Noticiante(s)

Nome : JOSE NECO DE OLIVEIRA

Endereço : AV PARANÁ 404 B

Bairro : ROMEIRÃO

Município/UF : JUAZEIRO DO NORTE CE BRASIL

Telefone: 88989312939

DELEGACIA DESTINO: DELEGACIA REGIONAL DE JUAZEIRO DO NORTE

RESPONSÁVEL PELO REGISTRO : *Maria Juliete*

MARIA JULIETE PEREIRA SAMPAIO - MAT.: 300414-1-0

RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÃO : *x José Neco de Oliveira*

VISTO DO DELEGADO(A):

LUIS JOSÉ TENÓRIO DE BRITTO - MAT.: 126893-1-4





## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

FLS. 15  
SECRETARIA  
DA 1ª VARA CÍVEL  
J. DO NORTE - CE

Eu, Isaías de Morais Neto, portador da carteira de identidade nº 2006029264561 e inscrito no CPF/MF sob o nº 072.642.473-09, residente e domiciliado na Av. Paraná 404 CS B - Pomeiro, Cidade J. do Norte, Estado Ceará, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ( ) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- (x) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

responsável + x JOSE NETO DE OLIVEIRA

vítima + x ISAÍAS DE MORAIS NETO

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

J. do Norte-CE 19/10/15

Local e data

## Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, José Carlos de Oliveira,  
RG nº 24.095.965-6, data de expedição 1/1/,  
Órgão SSP-SP, portador do CPF nº 248-772-123-53, com  
domicílio na cidade de Juazeiro do Norte, no Estado de  
Ceará, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Rua = Todos os Santos, nº 2241,  
complemento casal, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo  
mencionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
vítima Iranias de Moraes Neco, cujo o condutor era  
Iranias de Moraes Neco.

Veículo: CILLO MOTOR

Modelo: XY500/PHOENIX - VERMELHA

Ano: 2011/2012

Placa: 11

Chassi: LX4X10200C0523972

Data do Acidente:

Local e Data: Juazeiro do Norte

José Carlos de Oliveira  
Assinatura do Declarante

Iranias de Moraes Neco

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro)

Bel. Paulo de Tarso G. Machado  
Técnico  
Av. Pedro Cícero, 2930 • Juazeiro • CEP 63050-292 • Telefone: (88) 3511.2042 - 3512.1313 - 3511.1518  
E-mail: tpaulo@ua.com.br • Juazeiro do Norte - CE

Bel. Cícero A. G. Machado • Bel. João G. Machado  
Substitutos

RECONHECIMENTO DE FIRMA - Reconhecimento (POR AUTENTICIDADE) e firma de:  
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA.  
Em testemunho da verdade. Dou fe. Juazeiro do Norte-Ceará, 10/11/2015.

Paulo de Tarso Gondim Machado

Paulo de Tarso G. Machado

Bel. Cícero A. G. Machado

Bel. João G. Machado

Maria R. B. Machado Couto

Caril Regina G. M. Couto  
Fot. (51) 2512.1313  
3511.2042 3511.1518

BR1030A [EM: 08] [FE: 0,14] [SE: 0,82] [FA: 0,10] [SS: 0,04] [1,00]

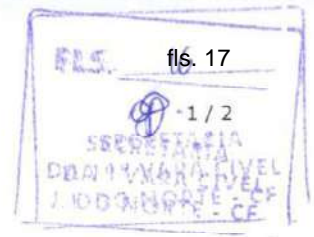




JUAZEIRO DO NORTE

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte  
Secretaria Municipal de Saude de Juazeiro do Norte  
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Juazeiro do Norte  
UPA JUAZEIRO DO NORTE

Boletim de Atendimento Médico



Nome Paciente: ISAIAS DE MORAIS NECO  
Nome Mãe: MARIA APARECIDA SOUSA DE OLIVEIRA  
Data Nascimento: 27/11/1998 Idade Aparente: 16 Sexo: M  
Nacionalidade: BRASIL  
Endereço: 081 AV PARANA,  
Bairro: ROMEIRAO  
CEP: 63000000  
Data: 26/09/2015 21:17  
Nº Atendimento: 011509260262  
Cor: PARDA  
Naturalidade: JUAZEIRO DO NORTE  
Nº: 4048 Compl.:  
Município: JUAZEIRO DO NORTE  
Possui Certidão de Nascimento: SIM  
Nº Cartão SUS:  
Telefone: 0000000000  
UF: CE

Informante

Nome:  
Endereço:  
Chegou Como: MEIOS PROPRIOS  
Telefone:  
Grau de Parentesco:  
Procedência:  
Tipo da Ocorrência:

Classificação de Risco

Nível LÚCIDO

Escala de Dor:

Queixa: Paciente vitima de acidente de moto apresenta escoriações em MMI esquerdo e MMS relata dor

Causa Externa:

Doenças

Pré-Existentes:

Medicamentos:

Alergias

Peso 0,0  
(kg):

Pressão  
Arterial

Pulso  
(bpm):

Temp.  
(Cº):

Freq.  
Resp

SAT.  
O2

HGT  
(mg/dl)

Avaliação:

Classificação  
de Risco: Verde

Especialidade: CLINICA MÉDICA

Anamnese:

escoriações após acidente

Exame Físico

escoriações após acidente

Hipótese Diagnóstica:

escoriações após acidente

Diagnóstico primário:

Dor em membro

Diagnóstico secundário:

Procedimento Proposto:

diclofenaco im

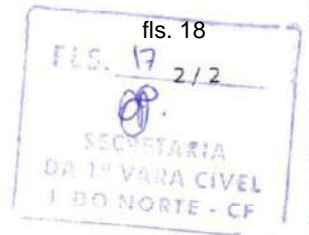
Reavaliação:



JUAZEIRO DO NORTE

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte  
Secretaria Municipal de Saude de Juazeiro do Norte  
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Juazeiro do Norte  
UPA JUAZEIRO DO NORTE

Boletim de Atendimento Médico



Nome Paciente: ISAIAS DE MORAIS NECO

Data Nascimento: 27/11/1998

Idade Aparente: 16

Sexo: M

Data: 26/09/2015 21:17

Nº Atendimento: 011509260262 Nº Cartão SUS:

Procedimentos

♦ ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA

Evoluções

Atendimento	Data / Hora	Profissional	Clínica
-------------	-------------	--------------	---------

Descrição

Sinais

Resumo dos Atendimentos

Data / Hora	Profissional	Clínica	Tipo
26/09/2015 21:34	TAISE VASQUES DANTAS LANDIM	CLINICA MÉDICA	INÍCIO DO ATENDIMENTO MÉDICO

Saída do A - Alta por Decisão Médica

Data: 26/09/2015

Hora: 21:36

Destino:

Observação

Médico: TAISE VASQUES DANTAS LANDIM

CRM: 15733

Para Óbito:

Data Óbito:

Hora:

Destino do Corpo:





JUAZEIRO DO NORTE

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte  
Secretaria Municipal de Saude de Juazeiro do Norte  
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Juazeiro do Norte  
UPA JUAZEIRO DO NORTE

Boletim de Atendimento Médico



Nome Paciente: ISAIAS DE MORAIS NECO  
Nome Mãe: MARIA APARARECIDA SOUSA OLIVEIRA  
Data Nascimento: 27/11/1998 Idade Aparente: 16 Sexo: M  
Nacionalidade: BRASIL  
Endereço: 081 PARANA,  
Bairro: PIRAJA  
CEP: 63000000

Data: 28/09/2015 06:55  
Nº Atendimento: 011509280028 Nº Cartão SUS:  
Cor: PARDA Telefone: 8888641280  
Naturalidade: JUAZEIRO DO NORTE  
Nº: 448 Compl.:  
Município: JUAZEIRO DO NORTE UF: CE  
Possui Certidão de Nascimento: SIM

Informante

Nome:  
Endereço:  
Chegou Como: MEIOS PROPRIOS

Telefone:  
Grau de Parentesco:  
Procedência: Tipo da Ocorrência:

Classificação de Risco

Nível LÚCIDO

Escala de Dor:

Queixa: DOR EM JOELHO ESQUERDO, APRESENTA ESCORIAÇÕES, TEM DOIS DIAS DE ACIDENTE DE MOTO

Causa Externa:

Doenças

Pré-Existentes:

Medicamentos:

Alergias DIPIRONA

Peso 0,0  
(kg):

Pressão  
Arterial

Pulso  
(bpm):

Temp.  
(Cº):

Freq.  
Resp

SAT.  
O2

HGT  
(mg/dl)

Avaliação:

Classificação  
de Risco: Verde

Especialidade: CLINICA MÉDICA

Anamnese:

PAC VITIMA DE ACIDENTE DE MOTO HÁ 2 DIAS APRESENTANDO ESCORIAÇÕES, DOR E EDEMA EM JOELHO ESQ

Exame Físico

ESCORIAÇÕES, EDEMA E DOR A MOBILIZAÇÃO EM JOELHO ESQ

Hipótese Diagnóstica:

FRATURA

Diagnóstico primário:

Fratura da rótula [patela]

Diagnóstico secundário:

Procedimento Proposto:

SOL RX DE JOELHO ESQ, JÁ ENCONTRA-SE MEDICADO+ REAVALIAÇÃO

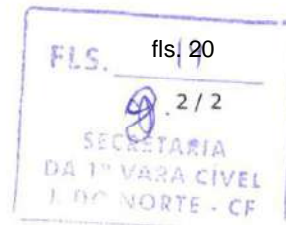
Reavaliação:



JUAZEIRO DO NORTE

Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte  
Secretaria Municipal de Saude de Juazeiro do Norte  
Unidade de Pronto Atendimento - UPA Juazeiro do Norte  
UPA JUAZEIRO DO NORTE

Boletim de Atendimento Médico



Nome Paciente: ISAIAS DE MORAIS NECO

Data Nascimento: 27/11/1998

Idade Aparente: 16

Sexo: M

Data: 28/09/2015 06:55

Nº Atendimento: 011509280028 Nº Cartão SUS:

Procedimentos

- ♦ ATENDIMENTO DE URGENCIA EM ATENCAO ESPECIALIZADA

Evoluções

Atendimento  
Descrição

Data / Hora

Profissional

Clínica

Sinais

Resumo dos Atendimentos

Data / Hora	Profissional	Clínica	Tipo
28/09/2015 07:40	ANA AURELIA TAVARES DA CRUZ CLINICA	CLINICA MÉDICA	INÍCIO DO ATENDIMENTO MÉDICO

Saída do A - Alta por Decisao Medica

Data: 28/09/2015

Hora: 7:46

Destino:

Observaçã

Médico: ANA AURELIA TAVARES DA CRUZ CLINICA

CRM: 15220


Para Óbito:

Data Óbito:

Hora:

Destino do Corpo:





MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

072.642.473-09

Nome

ISAIAS DE MORAIS NECO

Nascimento

27/11/1998

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO MILTON BARBOSA DE SOUSA




CARTeira DE IDENTIDADE

ISAIAS de Moraes Neco

CÓDIGO DE CONTROLE

BA37.547E.E018.BB41

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço

www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela

Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 16:39:41 do dia 01/07/2013 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

CPF

227 J. DO NORTE CE

DATA DE NASCIMENTO

27/11/1998

ASSINATURA DO DETENTOR

LEIN 118 DE 2008

ASSINATURA DO DETENTOR

2006

NATURALIDADE

J. DO NORTE-CE

DOC ONCE CERT. NASC.

83546 L 157 F

INSCRIÇÃO

0006029264561

DATA DE EMISSÃO

25/11/2006

Nome

ISAIAS DE MORAIS NECO

Nome

JOSE NECO DE OLIVEIRA E MARIA A

Nome

PARCIDA SOUSA DE OLIVEIRA

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS OLEGARIO CAVALCANTE PINHEIRO, liberado nos autos em 25/06/2018 às 20:37 .  
 Para conferir o original, acesse o site https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do, informe o processo 0067157-44.2016.8.06.0112 e código 38AD6C3.



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **072.642.473-09**

Nome da Pessoa Física: **ISAIAS DE MORAIS NECO**

Data de Nascimento: **27/11/1998**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **01/07/2013**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **10:01:24** do dia **19/10/2015** (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: **01DC.9590.0E86.0849**

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br).

Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

19/10/2015 09:0



Recebido de Antonelli Com Motos e Acess Ltda os Produtos constantes na Nota Fiscal indicada no lado

Data do Recebimento: 06/08/2011 Identificação e Assinatura do Recebedor:

**ENTREGUE**

Em 06/08/2011

NF-e

Nº 000.001.768

Série: 001

**DANFE**

Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

Saida: 1  
Entrada: 0

1

Nº 000.001.768

Série 001

Folha 1/1

Código de Fisco



Chave de Acesso

211 0809 4612 5300 0137 5500 1000 0017 6810 0001 7688

Consulta de autenticidade do portal nacional da NF-e  
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

Protocolo de Autorização

13110033218773 - 06/08/2011 09:50:53

Antonelli Com Motos e Acess Ltda  
Avenida Padre Cicero, 1568 - Salesiano  
63010-020 - Juazeiro do Norte / CE  
Fone/Fax: 88 3511 7928

Natureza da Operação

Venda a prazo - D/E

Inscrição Estadual

063604258

Inscrição Estadual Sub. Tributária

CNPJ

09.461.253/0001-4

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Nome / Razão Social

JOSAFÁ CARLOS DE OLIVEIRA

CNPJ / CPF

248.772.123-53

Data de Emissão

06/08/2011

Endereço

Rua TODOS OS SANTOS, 2241 - CASA

Município / Distrito

MEIRAO

CEP

63000-000

Data de Saída / Entrada

06/08/2011

Município

Juazeiro do Norte

Fone / Fax

88 3571 1760

Inscrição Estadual

Hora de Saída / Entrada

09:39:03

**FATURA**

Nº Dup.	Vencimento	Valor	Nº Dup.	Vencimento	Valor	Nº Dup.	Vencimento	Valor	Nº Dup.	Vencimento	Valor	Nº Dup.	Vencimento	Valor
X001768A	06/08/2011	1400,00	X001768B	09/08/2011	1000,00	X001768C	21/07/2011	35,00	X001768D	21/08/2011	135,00	X001768E	21/09/2011	135,00
X001768F	21/10/2011	135,00	X001768G	21/11/2011	135,00	X001768H	21/12/2011	135,00	X001768I	21/01/2012	135,00	X001768J	21/02/2012	135,00
X001768K	21/03/2012	135,00	X001768L	21/04/2012	135,00									

**CALCULO DOS IMPOSTOS**

Base de Cálculo do ICMS	0,00	Valor do ICMS	0,00	Base de Calc. de ICMS Substituição	0,00	Valor do ICMS Substituição	0,00	Valor Total dos Produtos	3750,00
Valor do IPI	0,00	Valor do Seguro	0,00	Desconto	0,00	Outras Descontos Acessórias	0,00	Valor do IPI	0,00
								Valor Total da Nota	3750,00

**TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS**

Razão Social	Frete por Conta	Código ANTT	Placa Veículo	UF	CNPJ / CPF
	9 - Sem frete				
Endereço	Município	UF	Inscrição Estadual		
Quantidade	Especie	Marca	Numeração	Peso Bruto	Peso Líquido
1	CICLOMOTOR	SHINERAY	1		

Cod. Prod.	Descrição do Produto	NCM/SH	CST	CFOP	Unid.	Quantidade	Vir. Unit.	Vir. Total	BC ICMS	Vir ICMS	Vir IPI	Aliq. ICMS	Aliq. IPI
00586 XY500 / PHOENIX - VERMELHA - CICLOMOTOR		87111000	610	5403	UN	1,00	3750,0000	3750,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
XYXCBL00C0523972-FAB/MOD:2011/2012-NF3463													

**DADOS ADICIONAIS**

Informações Complementares  
CHASSI: XYXCBL00C0523972-FAB/MOD:2011/2012-NF ORIGEM:3463-  
MOTOR: 1P39FMB CA061190-49cc-Renavam:030717-Gasolina-  
IMPOSTO RETIDO POR SUBST. TRIBUTARIA CONF. DEC. 23/217/2001  
E ALTERAÇÕES. SEM RESERVA OU ALIENAÇÃO FIDUCIARIA.  
GARANTIA DE 6 MESES EM MOTOR E CAMBO.

Informações Adicionais ao Fisco



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
JOSE NECO DE OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF  
20086139430 SSP CE

CPF  
746.253.813-04

DATA NASCIMENTO  
19/07/1977

FILIAÇÃO  
LUIZ FERNANDES DE OLIVEIRA  
MARIA DE MORAES NECO OLIVEIRA

PERMISSÃO  
ACC CAT/HAB  
A

Nº REGISTRO  
04796876874

VALIDADE  
29/07/2019

1ª HABILITAÇÃO  
30/10/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JUAZEIRO DO NORTE, CE

DATA EMISSÃO  
05/08/2014

ASSINATURA DO EMISSOR

66384240846  
CE143011987

DETRAN - CE - JUAZEIRO DO NORTE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
951153639

PROIBIDO PLASTIFICAR  
951153639

FLS. 23  
SECRETARIA  
VARA CÍVEL  
NORTE - CE





Seguradora Líder - DPVAT

# AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

SECRETARIA  
DE TRANSPORTES  
E INFRAESTRUTURA  
NORTE - CE

Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com dados do beneficiário da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Isaias de Morais Neco  
PORTADOR(A) DO RG Nº 2006 029264561 EXPEDIDO POR SSP-CE EM 29 / 11 / 06 E  
CPF 072642473-09 / CNPJ 000000000-00000-00, PROFISSÃO Estudante  
E RENDA MENSAL DE R\$ 300,00 (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO  
SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Isaias de Morais Neco, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO  
DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados não devem, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta Informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

IMPORTANTE: Também não devem ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ Nº da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3587-4 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 17418-4

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

responsável x JOSE NELLO DE OLIVEIRA

J. do Monte 19 de 10

LOCAL E DATA

de 15 x ISAÍAS DE MORAIS NECO

ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO

[Assinatura] vítima

ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221704.



AUTO-ATENDIMENTO - DEF NOVA JUAZEIRO  
DATA: 12/10/2015 HORA: 20:22:13  
TERMINAL: 35871009 CONTROLE: 358710090407

COMPROVANTE DE  
TRANSFERÊNCIA DE VALORES

REMETENTE  
CGC/AGÊNCIA : 0032 / JUAZEIRO DO NORTE  
CONTA : 013.00.323.464-5  
NOME : JOSE NECO DE OLIVEIRA

FAVORECIDO  
CGC/AGÊNCIA : 3587 / NOVA JUAZEIRO  
CONTA : 013.00.017.418-4  
NOME : ISAIAS DE MORAIS NECO

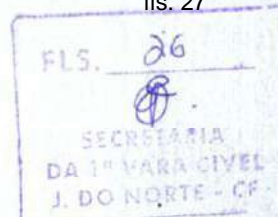
VALOR :

DATA DE EFETIVAÇÃO : 12/10/2015

DEBITO REALIZADO COM SUCESSO. A PREVISAO  
DO CREDITO NA CONTA DESTINO E DE 30  
MINUTOS.

Informações, reclamações, sugestões e elogios  
SAC CAIXA: 0800-726 0101  
Ouvidoria da CAIXA: 0800-725 7474  
[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)





# DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Isaías de Morais Neco

RG nº 206029264564, data de expedição 25/11/06 Órgão SSP-CE

CPF nº 07264247309 venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Av. Paranaíba</u>
Número	<u>404</u>
Apto / Complemento	<u>co B</u>
Bairro	<u>Romão</u>
Cidade	<u>Juazeiro do Norte</u>
Estado	<u>Ceará</u>
CEP	<u>63050-620</u>
Telefone de Contato	<u>(88) 9 9981-8213 9 8805-9802</u>
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: J. do Norte - CE 19/10/15

responsável por JOSE Neco DE OLIVEIRA

Assinatura do Declarante: X Isaías de Morais Neco

↓  
vítima



Nº DO CLIENTE  
**1832720-6**



CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA - GRUPO B.L. SABIÉ - Nº **400171679**  
Nº 04 13000 12 095600 - 1 Data de Emissão **04/09/2015**  
NOME **MARIA APARECIDA SOUZA DE OLIVEIRA**  
END. **AV PARANA 00404 CS B**  
**ROMEIRO - JUAZEIRO DO NORTE - 63050620**  
Cidade **2397816** Estado **9999 A81E**  
Nº 01-RESIDENCIAL MONOFASICO BAIXA RENDA 0,00  
RG (CPF) **651054433-49**

DATA			ÍNDICE DE QUALIDADE DO FORNECIMENTO		
Set/2015	04/09/2015	06/10/2015	JUAZEIRO DO NORTE	Jul/2015	EUSD 25,32
			DICEI= 0,00 F		
100,29	27,00%	27,07	5,07	10,15	20,30
			1,85	1,85	1,85
			3,23	6,47	12,95
			1,00	1,00	1,00
			2,86	1,85	

INFORMAÇÕES SOBRE O ATENDIMENTO DO CONSUMO									
11683	11537	1,00	146	0,00	30	0,00044	7,21		
					70	0,41217	28,09		
					40	0,01673	36,44		
04-09-15	06-09-15	02-10-15	146				64,50		

VR. CONSUMO DO MES PRECO NORMAL **100,29**  
DESCONTO TARIFA SOCIAL-BAIXA RENDA **-35,79**  
ICMS COMPLEMENTAR BAIXA RENDA-CONV CONFAZ 079 **9,66**  
PIS-COFINS COMPLEMENTAR-TARIFA BAIXA RENDA **1,82**  
CARTAO DE TODOS - 0800.283.8916 1/1 **16,75**  
ADICIONAL BANDEIRA VERMELHA MES ( R\$ 7,40 )

VENCIMENTO **14/09/2015** TOTAL A PAGAR (R\$) **92,73**

DETALHAMENTO DE PAGAMENTOS		HISTÓRICO DE CONSUMO											
Energia .....	29,00	152	146	143	157	151	160	172	155	163	156	138	143
Transmissão .....	0,61												
Distribuição .....	11,66												
Encargos Setoriais .....	1,87												
Tributos (ICMS PIS/COFINS)...	32,16												
TOTAL .....	75,98												

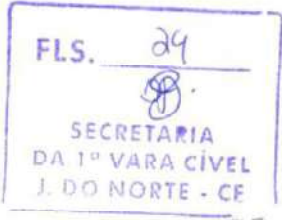
63,10 0,00

A COELCE AGRADECE E PARABENIZA PELA PONTUALIDADE NOS SEUS PAGAMENTOS.

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por CARLOS OLEGARIO CAVALCANTE PINHEIRO, liberado nos autos em 25/06/2018 às 20:37. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjce.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 0067157-44.2016.8.06.0112 e código 38AD6C6.







ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Data - Hora  
16/11/2016 -  
8:39

Termo de Registro e Autuação



Não possui autuação

Nesta data, após recebidos, estes autos foram registrados e autuados por processamento eletrônico, na forma do demonstrativo abaixo discriminado.

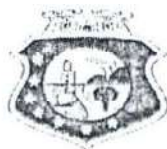
Dados Gerais do Processo	
Protocolo Único	67157-44.2016.8.06.0112 / 0 PROCEDIMENTO SUMÁRIO
Nr.Volumes	1
Natureza	CÍVEL
Just.Gratuita	NÃO
Segredo de Justiça	NÃO
Apresentação/Preparo	Conta
Competência	VARAS CÍVEIS - JUÍZO SINGULAR

Partes	
Nome	
Requerido :	SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Requerente :	ISAIAS DE MORAIS NECO
Rep. Jurídico :	20787 - CE THOMAZ ANTONIO NOGUEIRA BARBOSA

JUAZEIRO DO NORTE ( COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE ), 16 de Novembro de 2016

Responsável





ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE  
SECRETARIA DA PRIMEIRA VARA CÍVEL

Rua Maria Marcionília, Nº 800 - Lagoa Seca - CEP-63010-970 - TEL: 3572-8990

## CERTIDÃO

Certifico, para os fins de direito, que o presente feito esta registrado, eletronicamente, no Sistema de Processamento - SPROC.

Certifico, outrossim, que registrei e autuei o referido feito no Livro de Tombo Cível, nº 04, às fls. 67, sob o nº 36146

O referido é verdade, Dou fé.

Juazeiro do Norte-CE, 18 de Novembro de 2016

p/Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível

## CONCLUSÃO

Aos(s) 18 de Novembro de 2016, faço estes autos conclusos, ao Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível desta comarca.

p/Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE JUAZEIRO DO NORTE

Processo nº: 67157-47.2016.8.06.0112

DESPACHO

Vistos etc;

1. Defiro o benefício da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC.
2. Atento ao disposto no art. 99, § 2º do CPC **determino a intimação do(s) autor(es)**, por meio de seu advogado (DJE), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, comprove o preenchimento dos pressupostos para concessão da benesse.
3. Intime-se a parte autora, na pessoa de seu advogado, para realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição (art. 290 do CPC).
4. Atento ao disposto nos arts. 319 e 320 do CPC e, cumprindo o determinado no art. 321 do CPC, entendo que se faz necessária a emenda da inicial com juntada de documentos, outorgando prazo de 15 (quinze) dias, para que o autor atenda ao disposto a seguir:
  - a) informar profissão da parte autora;
  - b) informar endereço eletrônico da parte autora;
  - c) informar CPF da parte autora;
  - d) acostar comprovante de endereço atualizado em nome da parte autora, com data de emissão de, no máximo, dois meses da presente data, e caso não esteja o comprovante em nome da parte autora, esclarecimento da relação entre a parte autora e o(a) titular da conta apresentada;
  - e) em atenção à Súmula nº 474 do STJ ("A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez"), esclarecer o grau de invalidez e o valor da indenização que entende devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, na forma do art. 332, I do CPC;
  - f) acostar laudo médico atestando o grau de invalidez alegado pela parte autora e que comprove a permanência da sequela, informando qual a categoria da lesão e o percentual da perda relativa ao dano corporal que entende corretos, com base nos parâmetros da tabela da SUSEP, bem como indicando o valor indenizatório devido, visto que o pedido deve ser certo e determinado, na forma dos arts. 322 e 324 do CPC, sob pena de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;
  - g) juntar aos autos tabela securitária da SUSEP e laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, com precisão, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo, sob pena de indeferimento de improcedência liminar do pedido, com esteio no art. 332, I do CPC e a Súmula nº 474 do Superior Tribunal de Justiça;

Desp. Inicial DPVAT

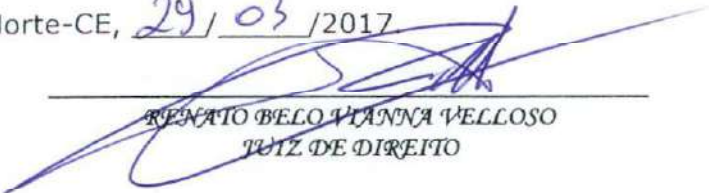


- h) corrija o valor da causa, indicando o valor da indenização que entende devido (art. 292, V do CPC);
- i) acoste aos autos comprovante do valor pago na fase administrativa pela Seguradora Líder a título de indenização;
- j) \_\_\_\_\_

5. \_\_\_\_\_

Cumpra(m)-se o(s) item(ns): 2, 4D, 6.  
Exp. nec.

Juazeiro do Norte-CE, 29 / 03 / 2017

  
RENATO BELO VIANNA VELLOSO  
TITZ DE DIREITO

Desp. Inicial DPVAT

## CERTIDÃO

Certifico que o processo nº 67157-44.2016.8.06.0112/0  
Com tramitação pela 1ª Vara Cível, foi  
autuado pelo Núcleo de Digitalização, tendo sido as  
peças do caderno processual conferidas, digitalizadas e  
convertidas, encerrando-se, nesta data, a sua tramitação  
física, cuja última folha possui a  
numeração 31, passando a  
tramitar eletronicamente, no SAJ. O referido é  
verdade. Dou fé.

Juazeiro do Norte, ce 11 de 06 de 18.

Servidor/matricula: Mauro de Noroia  
24757





# PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

## ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: **0067157-44.2016.8.06.0112**  
 Apensos: **Processos Apendos << Informação indisponível >>**  
 Classe: **Procedimento Sumário**  
 Assunto: **Seguro**  
 Requerente: **Isaias de Moraes Neco**  
 Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvtat**

Conforme disposição expressa na Portaria nº 03/2017, emanada da Diretoria do Fórum Des. Juvêncio Joaquim de Santana:

Intimem-se as partes, através de seus advogados, via DJE, da conversão do processo físico em digital e da retomada da contagem dos prazos processuais, caso estejam em curso.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte/CE, 26 de junho de 2018.

**Emanuela Lima Moraes**  
**Supervisor de Unid Judiciária**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

**ATO ORDINATÓRIO**

Processo n.º: **0067157-44.2016.8.06.0112**  
Classe: **Procedimento Sumário**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Isaias de Moraes Neco**  
Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

Conforme disposição expressa na **Portaria nº 01/2017**, emanada da Diretoria do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, **disponibilizada no DJE de 19 de janeiro de 2017**, fica a **parte autora**, por seu(s) advogado(s), **no prazo de 15(quinze) dias, intimada:** *1. da conversão do processo físico em digital; 2. do inteiro teor do despacho prolatado nos autos às fls. 32/33.*

Juazeiro do Norte/CE, 09 de outubro de 2018.

**Jeconias Alves de Oliveira Júnior**  
**Técnico Judiciário**

Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **<http://esaj.tjce.jus.br>**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau.**

Abrir a tela, colocar o **nº do processo** e o **código do documento**.



CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 1041/2018, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo n.º:0067157-44.2016.8.06.0112 Classe:Procedimento Sumário Assunto: Seguro Requerentelsaias de Morais Neco RequeridoSeguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2017, emanada da Diretoria do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, disponibilizada no DJE de 19 de janeiro de 2017, fica a parte autora, por seu(s) advogado(s), no prazo de 15(quinze) dias, intimada: 1. da conversão do processo físico em digital; 2. do inteiro teor do despacho prolatado nos autos às fls. 32/33. Juazeiro do Norte/CE, 09 de outubro de 2018. Jeconias Alves de Oliveira Júnior Técnico Judiciário Assinado por certificação digital"

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 9 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 1041/2018, foi disponibilizado na página 623-625 do Diário da Justiça Eletrônico em 10/10/2018. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 15/10/2018, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
12/10/2018 - Nossa Senhora Aparecida - Padroeira do Brasil - Prorrogação  
28/10/2018 - Dia do Servidor Público - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	15	05/11/2018

Teor do ato: "ATO ORDINATÓRIO Processo n.º:0067157-44.2016.8.06.0112 Classe:Procedimento Sumário Assunto: Seguro Requerentelsaias de Moraes Neco RequeridoSeguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt Conforme disposição expressa na Portaria nº 01/2017, emanada da Diretoria do Fórum da Comarca de Juazeiro do Norte/CE, disponibilizada no DJE de 19 de janeiro de 2017, fica a parte autora, por seu(s) advogado(s), no prazo de 15(quinze) dias, intimada: 1. da conversão do processo físico em digital; 2. do inteiro teor do despacho prolatado nos autos às fls. 32/33. Juazeiro do Norte/CE, 09 de outubro de 2018. Jeconias Alves de Oliveira Júnior Técnico Judiciário Assinado por certificação digital"

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 11 de outubro de 2018.

Diretor(a) de Secretaria





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

**CERTIDÃO DE DECURSO DE PRAZO**

Processo nº: **0067157-44.2016.8.06.0112**  
Classe: **Procedimento Sumário**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Isaias de Moraes Neco**  
Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvt**

**CERTIFICO**, para os devidos fins, que decorreu o prazo legal do despacho prolatado nos autos às fls. 32/33 e nada foi apresentado ou requerido.

O referido é verdade. Dou fé.

**Juazeiro do Norte/CE, 16 de novembro de 2018.**

Carlos Farias Diniz  
Técnico Judiciário  
Assinado por certificação digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: 0067157-44.2016.8.06.0112  
Apensos: Processos Apensos << Informação indisponível >>  
Classe: Procedimento Sumário  
Assunto: Seguro  
Requerente: Isaías de Moraes Neco  
Requerido: Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat

Vistos etc.

Tratam os presentes autos Cobrança de Seguro DPVAT, na qual o despacho de fls. 32/33 determinou a emenda à inicial.

Intimação pertinente às fls. 36/38.

Decorrência de prazo às fls. 39.

É o sucinto relatório. DECIDO.

O autor foi intimado para emendar a inicial, porém, apesar de devidamente intimado (DJE), permaneceu silente. Considerando que o autor não atendeu à determinação judicial mencionada, trata-se de caso de indeferimento da inicial.

Pelo exposto, por sentença **INDEFIRO A INICIAL** e, por conseguinte **JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO** o presente feito, com arrimo no art. 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil.

Sem custas, sem honorários.

Publique-se. Registre-se. Intime-se (DJE).

Após, arquivem com as cautelas de praxe.

Exp. Nec.

Juazeiro do Norte/CE, 29 de novembro de 2018.

Renato Belo Vianna Velloso

Juiz de Direito<sup>1</sup>

Assinado por Certificação Digital

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei 11.419/2006: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - assinatura eletrônica as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site <http://esaj.tjce.jus.br>. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.



CERTIDÃO DE REMESSA DE RELAÇÃO

Certifico que o ato abaixo consta da relação nº 0148/2019, encaminhada para publicação.

Advogado	Forma
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	D.J

Teor do ato: "Vistos etc. Tratam os presentes autos Cobrança de Seguro DPVAT, na qual o despacho de fls. 32/33 determinou a emenda à inicial. Intimação pertinente às fls. 36/38. Decorrência de prazo às fls. 39. É o sucinto relatório. DECIDO. O autor foi intimado para emendar a inicial, porém, apesar de devidamente intimado (DJE), permaneceu silente. Considerando que o autor não atendeu à determinação judicial mencionada, trata-se de caso de indeferimento da inicial. Pelo exposto, por sentença INDEFIRO A INICIAL e, por conseguinte JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o presente feito, com arrimo no art. 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil. Sem custas, sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se (DJE). Após, arquivem com as cautelas de praxe. Exp. Nec."

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 18 de março de 2019.

Diretor(a) de Secretaria

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE RELAÇÃO

Certifico e dou fé que o ato abaixo, constante da relação nº 0148/2019, foi disponibilizado na página 855-864 do Diário da Justiça Eletrônico em 20/03/2019. Considera-se data da publicação, o primeiro dia útil subsequente à data acima mencionada. O prazo terá início em 22/03/2019, conforme disposto no Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

Certifico, ainda, que para efeito de contagem do prazo foram consideradas as seguintes datas.  
25/03/2019 - Data Magna no Ceará - Prorrogação

Advogado	Prazo em dias	Término do prazo
Thomaz Antonio Nogueira Barbosa (OAB 20787/CE)	15	12/04/2019

Teor do ato: "Vistos etc. Tratam os presentes autos Cobrança de Seguro DPVAT, na qual o despacho de fls. 32/33 determinou a emenda à inicial. Intimação pertinente às fls. 36/38. Decorrencia de prazo às fls. 39. É o sucinto relatório. DECIDO. O autor foi intimado para emendar a inicial, porém, apesar de devidamente intimado (DJE), permaneceu silente. Considerando que o autor não atendeu à determinação judicial mencionada, trata-se de caso de indeferimento da inicial. Pelo exposto, por sentença INDEFIRO A INICIAL e, por conseguinte JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO o presente feito, com arrimo no art. 485, inciso I do Novo Código de Processo Civil. Sem custas, sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se (DJE). Após, arquivem com as cautelas de praxe. Exp. Nec."

Do que dou fé.  
Juazeiro do Norte, 22 de março de 2019.

Diretor(a) de Secretaria



**ACTUS**  
Advogados Associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA JUAZEIRO DO NORTE/CE**

**APELAÇÃO CÍVEL  
PROCESSO Nº. 0067157-44.2016.8.06.0112/0**

**ISAIAS MORAIS NECO**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, vem respeitosamente perante Vossa Excelência apresentar **APELAÇÃO** nos presentes autos do **PROCEDIMENTO SUMÁRIO/ORDINÁRIO**, movido em face da **SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT**, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir expostos:

Requer seja **RECEBIDA E PROCESSADA** a presente apelação nos seus regulares efeitos (suspensivo e devolutivo), para reformar a r. decisão proferida, e caso Vossa Excelência entenda que deva ser mantida a respeitável decisão, que os presentes autos sejam **REMETIDOS** ao Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará.

Termos em que,

Pede deferimento.

Barbalha/CE, 03 de Abril de 2019.

**Thomaz Antônio Nogueira Barbosa**  
**OAB/CE 20.787**

**Antônio Allan Leite Saraiva**  
**OAB/CE 23.502**

**Rivânia Alves Santos**  
**OAB/CE 39.114**





**ACTUS**  
Advogados Associados

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**RAZÕES DA APELAÇÃO**

**ORIGEM:** 1ª Vara Cível da Comarca do Juazeiro do Norte/CE.

**PROCESSO N°** 0067157-44.2016.8.06.0112

**APELANTE:** ISAIAS MORAIS NECO

**APELADO:** SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT.

*Egrégio Tribunal de Justiça do Ceará,  
Colenda Câmara,  
Nobres Julgadores.*

Em que pese o indiscutível saber jurídico do MM. Juiz "*a quo*", impõe-se a reforma de respeitável sentença que findou com o presente Procedimento Ordinário, pelas razões de fatos e fundamentos a seguir expostos:



## I. DO RESUMO FÁTICO

---

Trata-se de Ação de cobrança de diferença de seguro DPVAT, movida pelo ora apelante, ISAIAS MORAIS NECO, em face da SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DPVAT, na qual pleiteia a diferença entre o valor recebido administrativamente e o que de fato deve ser pago em razão do acidente mencionado na Exordial.

Nesse diapasão, a r. sentença datada do dia 29 de Novembro de 2018 (fls. 40) proferida pelo Juízo *a quo* **acabou por julgar improcedente a pretensão posto que faltou, supostamente, requisitos essenciais à petição inicial (comprovante de endereço atualizado, laudo médico atualizado e a determinação precisa da lesão conforme a tabela da SUSEP).**

Cabe assinalar que os fundamentos da Sentença foram: a) necessidade de preenchimento dos requisitos elencados no art. 319, II do CPC; b) determinar, com precisão técnica, em que grau e valor a lesão deverá ser ressarcida à luz da tabela da SUSEP; c) indeferimento da Exordial pelo não atendimento a conteúdo do despacho de emenda.

Em apertada síntese, é o que cabe relatar.

## II. DAS RAZÕES RECURSAIS:

---

Em que pese o respeitável entendimento do Magistrado de piso, tais fundamentos não merecem prosperar no atual sistema processualista. Passaremos a explicar ponto a ponto os fundamentos e sua relevância para o julgamento da causa de outra forma.

### I) **Endereço atualizado:**

Inicialmente, percebemos que por força do Despacho de fls.32/33, foi elencado a necessidade de endereço atualizado da parte Autora.

Seguindo a estrita e fria letra da Lei, não há exigência do endereço atualizado do Autor, senão vejamos:



Art. 319. A petição inicial indicará:  
[...]  
II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, **o domicílio e a residência do autor e do réu**; [GRIFO NOSSO]

Assim sendo, temos que entender a *mens legis*, ou seja, a razão do dispositivo legal retro mencionado.

A ideia por trás do endereço do Autor é fornecer informações fidedignas a respeito do verdadeiro paradeiro das Partes envolvidas no processo, sendo de bom tom que tais informações sejam as mais atuais possíveis.

Contudo, conforme é notório extrair do texto legal e da praxe forense, o endereço atualizado das Partes não é um fim em si mesmo, como toda e qualquer exigência endoprocessual.

Nesse contexto, percebe-se que **o comprovante de endereço atualizado não é documento indispensável para a propositura da ação**, por consequente **não pode ser causa de indeferimento da inicial**. Vejamos em acórdão proferido por este ilustre Tribunal:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE. AUSÊNCIA DE ELEMENTOS QUE EVIDENCIEM A FALTA DOS PRESSUPOSTOS LEGAIS. INTELIGÊNCIA DOS ARTS. 99, §§ 2º, 3º E 4º, DO CPC.DECISÃO REFORMADA. GRATUIDADE CONCEDIDA. **DETERMINAÇÃO DE EMENDA À INICIAL. EXIGÊNCIA DE JUNTADA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO. REQUISITO NÃO PREVISTO NO ART. 319 DO CPC. DOCUMENTO QUE NÃO É INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO ATENDIMENTO DOS DEMAIS REQUISITOS LEGAIS PELO AUTOR. IMPOSSIBILIDADE DE INDEFERIMENTO DA INICIAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. IMPRESCINDIBILIDADE DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA MÉDICA REQUERIDA PELO AUTOR. RECURSO PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. ACÓRDÃO** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0064865-86.2016.8.06.0112, em que figura como recorrente Moisés Tavares de Sousa e recorrido Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A. ACORDAM os Desembargadores integrantes da 4ª Câmara de Direito Privado deste Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, por unanimidade de votos, em CONHECER do recurso **e DAR-LHE PROVIMENTO**, nos termos do voto do eminente Relator. Fortaleza, 12 de junho de 2018. DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Presidente do Órgão Julgador DESEMBARGADOR DURVAL AIRES FILHO Relator PROCURADOR DE JUSTIÇA (GRIFO NOSSO)





Em que pese a juntada do Comprovante de Residência esta nem mesmo se faz necessária, tornando inexigível a juntada deste documento atualizado. Na inteligência do art.319, verifica-se apenas que deve ser informado o endereço e residência das partes. Em Jurisprudência Pátria temos o seguinte posicionamento:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSO CIVIL.INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.AUSÊNCIA DE COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA. INEXIGIBILIDADE.PROVIDA A APELAÇÃO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA. 1.Apelação interposta pela autora em face de sentença que indeferiu a inicial, extinguindo o processo sem resolução do mérito, com fulcro nos artigos 485, I, 320 e 321, parágrafo único, ambos do Código de Processo Civil/2015. 2. **Conforme estabelecido no art.319, inciso II do CPC/15, é suficiente informa o endereço residencial e domiciliar, tanto do autor como do réu, na exordial, sem que seja preciso apresentar o respectivo comprovante de residência/domicílio.** 3. No caso dos autos, autora esta qualificada e informa o endereço na petição inicial sendo que, até prova em contrário, presumem- se verdadeiros os dados fornecidos. 4. Apelação Provida. Sentença anulada, com a determinação de regular prosseguimento do feito.  
(TRF-2 AC: 0079339220164025101 RJ 0079338-92.2016.4.02.5101, Relator: SIMONE SCHREIBER, Data de Julgamento: 13/09/2017, 2ª TURMA ESPECIALIZADA) (GRIFO NOSSO)

Assim, i. Desembargadores, é impossível conceber tal motivo (a desatualização da informação) como sendo fundamento para uma sentença de improcedência, haja vista que SERIA possível encontrar o Autor no endereço fornecido, pouco importando se recente ou não.

Entretanto, conforme se divisa dos autos, o douto Magistrado não diligenciou no sentido de obter tais informações, sendo mais relevante a data do comprovante de residência do que sua efetiva moradia.

## II) Laudo médico atualizado:

É bem verdade que as indenizações referentes a acidentes automobilísticos, e que sejam provenientes de cobrança de Seguro DPVAT, devem ser pagas de forma proporcional, havendo um mínimo de objetividade (Tabela da SUSEP) para poder determinar o *quantum* cada vítima tem direito.



Assim, no sentido de buscar fixar padrões mínimos, a praxe forense admite a tabela da SUSEP como a definidora de tais parâmetros. Contudo, quem deve se ater à tabela não são os Advogados, mas sim aqueles *experts* na definição das lesões e o grau de debilidade proveniente do evento danoso (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%).

É evidente que, em regra, o jurista não tem conhecimento técnico para poder determinar, mesmo que aprioristicamente, o grau da lesão sofrida e a exigência feita pelo Juízo de piso para apresentar:

“laudo médico atualizado que comprove a permanência da sequela, esclarecendo, **com precisão**, em qual hipótese se encaixa a debilidade permanente alegada, dentre as que autorizam o pagamento da indenização no valor máximo” (fls. 22, proc. nº 0051841-54.2017.8.06.0112/0) [GRIFAMOS]

Com base no Enunciado Sumular nº 474 do STJ que determina o pagamento proporcional às lesões sofridas, o Juízo *a quo* entendeu que tal orientação normativa do Superior Tribunal de Justiça quer dizer, na verdade, que: **a determinabilidade do grau da lesão sofrida pelo Autor deve ser dada pelo seu Advogado, em obediência à parâmetros de precisão técnica.**

Contudo, nobres Desembargadores, tal entendimento, *data vênia*, se encontra equivocado. O que acontece, na realidade é que, no momento da sentença, a relação entre o dano sofrido e a indenização percebida deve ser proporcional (no caso, à luz da tabela da SUSEP).

Assim sendo, deve-se compreender que o perito médico, nomeado pelo Juiz, após indícios mínimos acerca da existência do acidente automobilístico (indícios que constam do B.O, boletim médico, atestado médico, parecer e etc), é quem tem competência e conhecimento científico para precisar o grau de invalidez, sendo desnecessário a limitação inferior a R\$ 12.656,25 (Doze mil, seiscentos e cinqüenta e seis reais e vinte e cinco centavos), posto que somente o perito é quem dirá em que grau a lesão se encaixa.

Desse modo percebe-se a necessidade de designação de perícia médica judicial para que seja oportunizado as Partes o efetivo direito à prova (além daquelas já juntadas somente pelo Autor), bem como traz mais segurança ao Magistrado sobre o *quantum* é devido (ou não) em razão da lesão do Requerente.

Nesse sentido se posiciona a jurisprudência pátria:



**ACTUS**  
Advogados Associados

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PARCIAL. GRAU DE INVALIDEZ NÃO DEMONSTRADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA. NECESSIDADE. JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PROVIMENTO DO RECURSO. ART. 557, § 1º-A, DO CPC. 1. Pretensão de recebimento de diferença relativa ao seguro DPVAT, uma vez que o apelante alega ter recebido administrativamente verba a esse título, supostamente a menor, por acidente sofrido em 23/11/2011. 2. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.246.432/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, pacificou o entendimento de que a indenização do seguro DPVAT deve ser fixada conforme o grau de invalidez parcial apurado, devendo ser aplicada a Súmula 474 do Superior Tribunal de Justiça. **3. Assim, na hipótese, a prova pericial torna-se fundamental para se aferir a extensão das lesões decorrentes do acidente e o percentual correspondente.** 4. **Direito a produção da prova pericial que garante o efetivo exercício do devido processo legal, notadamente, o respeito ao contraditório, nos termos do art. 5º LV da Constituição Federal.** 5. Anulação da sentença. 6. Provimento do recurso, com aplicação do art. 557, § 1º-A, do CPC. (TJRJ, A.C. nº 02490159220138190001, 7ª Câmara Cível, Rel. Elton Martinez Carvalho Leme, DJe 21/03/2016) [GRIFO NOSSO]

Em arremate, a própria Corte Alencarina, em julgado recente, reconhece a necessidade de perícia judicial, impreterivelmente, como uma forma de comprovar a extensão do dano:

PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT. ACIDENTE OCORRIDO APÓS A VIGÊNCIA DA LEI 11.945/09. INDENIZAÇÃO EM VALOR PROPORCIONAL AO GRAU DAS LESÕES SOFRIDAS EM DECORRÊNCIA DO SINISTRO. SÚMULA 474 DO STJ. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA EM JUÍZO PARA AFERIÇÃO DA GRADAÇÃO DOS DANOS. EXPEDIÇÃO DE CARTA DE INTIMAÇÃO AO AUTOR NO ENDEREÇO DECLINADO NA EXORDIAL. AVISO DE RECEBIMENTO DEVOLVIDO COM A ANOTAÇÃO DE "DESCONHECIDO". ATUALIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. DEVER DA PARTE. PRESUNÇÃO DE VALIDADE DA INTIMAÇÃO. ARTIGO 274, § ÚNICO, CPC/2015. NEGLIGÊNCIA DO AUTOR EM COMPROVAR OS FATOS CONSTITUTIVOS DO DIREITO POSTULADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. 1. [...] 2. **Ao caso dos autos aplica-se, então, as disposições da Lei 6.194/74, com as alterações trazidas pela Lei 11.482/07, e a Lei nº 11.945/09, esta decorrente da MP nº 451/2008, que estabelece tabela de cálculo para apuração do valor de indenização securitária decorrente de acidentes causados por veículo automotores terrestres, declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (ADI 4627 - DJE 03/12/2014) e objeto da Súmula 474 do STJ.** 3. **Em que pese o pagamento realizado pela Seguradora ao Demandante, em procedimento administrativo instaurado para esse fim, a eventual complementação dessa quantia nos termos pleiteados pela**





Apelante deveria ser comprovada por meio de apuração da vastidão da incapacidade sofrida, a ser realizada por perícia médica implementada em juízo. [...] (TJCE, A.C. 01790676020128060001, 1ª Câmara de Direito Privado, Rel. Emanuel Leite Albuquerque, DJe 14/12/2016) [GRIFO NOSSO]

Dessa forma, i. Julgadores, é notório que o *quantum* é delineado pelo Juízo à luz da perícia médica, sendo irrelevante o valor requerido na Inicial, servindo, simplesmente, de limitador para eventual arbitramento indenizatório pelo Julgador. Ademais, é o próprio perito quem deve determinar se estamos diante de uma lesão permanente ou não, haja vista que nenhum dos Atores processuais tem conhecimento técnico para tal análise.

Assim, nesse contexto de ideias, podemos vislumbrar que mais acertado é pedir o teto indenizatório e aguardar que os contornos sobre a lesão sejam feitos por quem é competente para fazê-lo (o Juízo após a devida apreciação pelo *expert*).

**Portanto**, entendemos que, apesar da justificativa está fincada sobre Enunciado Sumular do E. STJ, a leitura feita pelo Juízo de piso não corresponde com a correta percepção de tal Enunciado, posto que não existe nenhuma desproporcionalidade até que estejamos diante de uma sentença meritória.

### III. DOS PEDIDOS

---

Isto posto, REQUER a Vossa Excelência que a:

- a) **CITAR** o apelado para que, querendo, apresente contrarrazões ao presente recurso no prazo legal, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- b) **RECEBER E JULGAR PROCEDENTE O PRESENTE RECURSO**, determinando nova decisão a fim de invalidar a r. sentença (fls.40) e remeter os presentes autos ao Juízo *a quo* para o regular prosseguimento do feito.
- c) **CONDENAR** o apelado a pagar custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios no montante de 20% da condenação, nos termos da lei.



Protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, em especial provas testemunhais e documentos juntados aos autos, sem prejuízo da produção de quaisquer outras provas que se fizerem necessárias para a resolução da demanda.

Termos em que,  
Pede deferimento.  
Barbalha/CE, 03 de Abril de 2019.

**Thomaz Antônio Nogueira Barbosa**  
**OAB/CE 20.787**

**Antônio Allan Leite Saraiva**  
**OAB/CE 23.502**

**Rivânia Alves Santos**  
**OAB/CE 39.114**



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.br

**DESPACHO**

Processo nº: **0067157-44.2016.8.06.0112**  
Apenso: **Processos Apenso << Informação indisponível >>**  
Classe: **Procedimento Sumário**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Isaias de Moraes Neco**  
Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat**

Vistos, etc.

Trata-se de ação de cobrança de seguro DPVAT, cuja sentença foi objeto de recurso de **apelação**, sendo que, consoante art. 1010, § 3º do CPC, não existe previsão para juízo de admissibilidade por este juízo.

*Art. 1.010. (...).*

*§ 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.*

Com fulcro no artigo 485, § 7º, do CPC, mantenho a decisão impugnada por seus próprios fundamentos, considerando que na visão deste magistrado - salvo melhor juízo do Tribunal de Justiça - os argumentos manejados no recurso não são suficientes para refutar a convicção adotada na sentença.

Nos termos do artigo 1.010, do CPC, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias.

**Transcorrido o prazo supra, com ou sem contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará**

Intime(m)-se.

Juazeiro do Norte, 29 de abril de 2019.

**Renato Belo Vianna Velloso**

**Juiz de Direito**

Assinado por Certificação Digital<sup>1</sup>

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, **serão considerados originais para todos os efeitos legais.**

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abri a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ**

Comarca de Juazeiro do Norte

1ª Vara Cível da Comarca de Juazeiro do Norte

Rua Maria Marcionília Pessoa Silva, 800, Lagoa Seca - CEP 63046-550, Fone: (88) 3571-8980, Juazeiro do Norte-CE - E-mail: juazeiro.1civel@tjce.jus.brJuazeiro do Norte

**CARTA DE INTIMAÇÃO**

Processo nº: **0067157-44.2016.8.06.0112**  
Apensos: **Processos Apensos << Informação indisponível >>**  
Classe: **Procedimento Sumário**  
Assunto: **Seguro**  
Requerente: **Isaias de Moraes Neco**  
Requerido: **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat**  
Endereço: **RUA SENADOR DANTAS , 74 , 5º ANDAR - CEP 20031-205, Rio De Janeiro-RJ**

Prezado(a) Senhor(a) **Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat,**

A presente, extraída da ação em epígrafe, de ordem do(a) MM Juiz(a), Dr.(a) Renato Belo Vianna Velloso, tem como finalidade **INTIMAR** V.Sa. para apresentar **contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias..**

**OBSERVAÇÕES:**

- I. Expediente emitido conforme art. 3º, do provimento nº 01/2019, da Corregedoria Geral de Justiça, de 10 de janeiro de 2019.

Juazeiro do Norte/CE, 23 de maio de 2019.

**Ana Noêmia Coelho Noronha**  
**Analista Judiciário**  
**Servidor SEJUD**

**Provimento n.º 1/2019 da CGJ**

Assinado Por Certificação Digital<sup>1</sup>

Sr(a). Seguradora Lider dos Consorcios do Seguro Dpvat  
RUA SENADOR DANTAS , 74 , 5º ANDAR, N/I  
Rio De Janeiro-RJ  
CEP 20031-205

<sup>1</sup> De acordo com o Art. 1º da lei **11.419/2006**: "O uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais será admitido nos termos desta Lei.

• ~ 2º Para o disposto nesta Lei, considera-se:

III - **assinatura eletrônica** as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

a) **assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica;**

Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.

Para aferir a autenticidade do documento e das respectivas assinaturas digitais acessar o site **http://esaj.tjce.jus.br**. Em seguida selecionar a opção **CONFERÊNCIA DE DOCUMENTO DIGITAL** e depois **Conferência de Documento Digital do 1º grau**.

Abrir a tela, colocar o nº do processo e o código do documento.